

TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS NA BAHIA: A DEMOLIÇÃO DA CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO EM ILHÉUS E DA ANTIGA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA EM CANAVIEIRAS (1927-1932)

Oslan Costa Ribeiro (UESC)¹

Inspirados pelas reformas urbanísticas ocorridas nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e a vizinha Ilhéus, desde os últimos anos da década de 1890 e início dos anos 1900, a agora cidade de Canavieiras (elevada à categoria de vila à cidade em 1891) e a elite local também sonhavam com o progresso materializado em belos prédios, agradáveis praças, ruas largas e calçadas. Em meio aos movimentos de festas populares – o carnaval, e religiosas – como os festejos anuais do padroeiro São Boaventura, tinha-se, tardiamente, o desejo de se adequar inconscientemente ao modernismo da *Belle Époque*:

A modernidade é o resultado ideológico do modernismo. Mas ideologia do inacabado, da dúvida e da crítica – a modernidade é também impulso para a criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência para ao academismo. (LE GOFF, 1990, p. 190).

Soihet (1998) aborda através de fontes hemerográficas e bibliográficas a grande mudança urbanística do Rio no início do século XX e como se deu a repressão e a resistência da cultura popular no carnaval carioca em nome de uma cultura de europeização do Rio, era a modernização da cidade.

Em sua obra Soihet (1998) afirma que as classes populares foram expulsas de suas moradias do centro da cidade para os morros, dando dar lugar às grandes obras de urbanização, alargamento de avenidas e criação de novos jardins. Entretanto o segmento popular retomava seu espaço durante o carnaval, a Praça Onze tornou-se um núcleo de resistência e a afirmação da cultura afro-brasileira.

¹ Licenciado em História (2013) e pós-graduado (Lato Sensu) em História do Brasil (2015) pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus - Bahia. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/UESC/CNPq 2009-2013). Membro do Grupo de pesquisa: "História, Memória e Representações: Suportes para o Turismo Cultural" (UESC), atuando na linha de pesquisa: "História, Espaços Urbanos e Identidade". Email: oslan@hotmail.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937879658171776>.

Essa inferência nos remete ao processo semelhante ocorrido em Ilhéus. Com o início da construção da nova Catedral, em 1931, surgiu uma polêmica entre a Igreja e a Prefeitura Municipal, protagonizado pelo 2º Bispo diocesano, dom frei Eduardo José Herberhold, OFM (1931-1939) e o prefeito Eusínio Lavigne (1930-1937). A ambição era que Ilhéus entrasse nos trilhos do progresso e, mesmo que tardiamente, se incorporasse aos encantos da *Belle Époque*, inspirada e refletida no cotidiano do Rio de Janeiro, da qual a sociedade² ilheense tinha afinidades, até mais do que sua própria capital de estado. Soihet diz que:

Civilização e progresso foram os lemas da *Belle Époque*, movimento em que os grupos dominantes não mediam esforços para alcançar seus objetivos. Ao Rio de Janeiro, capital do país, cabia a vanguarda nesse processo. Urgia acelerar a modernização e a higienização da cidade, através de sua remodelação urbanística. (SOIHET, 1998, p. 48).

A questão em pauta, era aonde seria construído o novo templo, projetado para adequar as mudanças urbanísticas da Ilhéus inspirada tardiamente na *Belle Époque*, aliada ao apogeu da valorização do cacau no mercado internacional. Para dom Eduardo, a nova Catedral deveria ser no mesmo terreno da capela de São Sebastião (Figura 1), um templo em estilo barroco do século XVIII, localizada à Praça doutor Luís Viana, que foi demolido em 1927, com a autorização do 1º Bispo de Ilhéus, dom Antônio Manoel de Paiva (1915-1929) e do intendente Mário Pessoa (1924-1928).

Em contrapartida, o prefeito Eusínio Lavigne, queria o novo templo no novo bairro Cidade Nova, para incentivar a consolidação da expansão urbanística de Ilhéus para além do centro antigo. A questão do impasse foi decidida pelo governo da Bahia dando vitória ao bispo franciscano dom frei Eduardo.

Em fins de 1931 deu-se o início às obras da construção da nova Catedral no terreno da antiga capela do século XVIII e também de várias casas desapropriadas nas imediações da antiga capela, visto que, o terreno da capela não comportava a construção da futura catedral. Com isso, de certa forma, a elite também se livrou de uma população no centro da cidade, que não se enquadrava nos moldes sociais e culturais ultrapassados de Ilhéus

²A palavra sociedade nesse contexto tem outro sentido, se refere ao grupo seletivo dos ricos e emergentes, políticos e coronéis do cacau.

daquela época. A figura 1 retrata a antiga capela sendo desocupada para sua posterior demolição, tendo ao lado direito da foto o Bar Vesúvio, que ainda existe.

Figura 1 – Trasladação das imagens da Capela de S. Sebastião para a Catedral Matriz de São Jorge, 22 maio de 1927. Logo depois do traslado, começou a demolição desse templo.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus - Bahia.

O processo de reurbanização ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, tão divulgado pela imprensa da época, acabou por disseminar esse ideal por quase todo país. Assunto tão bem trabalhado por Soihet (1998), bem se adequa à nossa pesquisa, no que tange ao ideal de civilização e progresso que as classes dominantes do sul da Bahia, encucaram tardiamente, dando impulso às transformações urbanísticas que recorreram posteriormente.

Mas, em certos aspectos, a Igreja não foi contemplada inicialmente por essas transformações, haja vista, o embate ocorrido em Canavieiras em que a Igreja reclamava por não ter sido incluída nessa nova roupagem urbana e arquitetônica: “o que mais indignava os padres de Canavieiras era que se tinha dinheiro para tudo, menos para dar a Deus uma casa digna naquela cidade.”³

Vale lembrar e esclarecer que quando nos referimos à tardia adesão de Canavieiras e Ilhéus na *Belle Époque*, situamos esse movimento cultural no tempo e espaço, pois, foi um movimento cultural francês disseminado a partir dos anos 1870 na Europa, tendo a

³ MONITOR DO SUL – Canavieiras – Bahia, Ano XII, nº 680, de 26/01/1913, p. 2.

cidade de Paris como grande polo e modelo do mesmo. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a porta de entrada desse movimento, pois era a sede da Corte no império e posteriormente o Distrito Federal na república, sofreu grande influência no comportamento, na arquitetura, no urbanismo, nas artes etc., nas décadas seguintes até os idos dos anos 1910.

A tardia adesão ao movimento cultural da *Belle Époque* em Ilhéus e Canavieiras, é uma hipótese aqui defendida por dois motivos: ela se deu no início dos anos 1900 (a chegada da luz elétrica, água encanada, esgotamento sanitário, reformas urbanísticas, construção de casas, prédios e igrejas no lugar, antes ocupados com construções de estilo colonial e neocolonial (ver figuras 7 e 8), numa tentativa de negar o passado recente em detrimento ao ideal republicano de “ordem e progresso”, impulsionados completamente com a grande valorização do cacau no mercado internacional, o que ocorreu no início dos anos 1920.

Assim se explica alguns arquétipos dessa fase em Canavieiras como o prédio do Paço Municipal e Casa de Câmara e Cadeia Pública (1899), ver figuras 2 e 3, e a nova igreja matriz de São Boaventura construída entre 1912-1932, ver figura 4, além de diversos casarios, e, em Ilhéus, o Palácio Paranaguá e praça (1907), ver figura 5, e a nova catedral de São Sebastião, figura 6, iniciada com atrasos em 1931 e concluída em 1967.

Figura 2 Paço Municipal de Canavieiras (1899)



Foto: Teophilo Mourranhy – Déc. 1930. **Fonte:** Paulo Simões – Canavieiras/Bahia. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

Figura 3 Casa de Câmara e Cadeia Pública de Canavieiras (1899)



Foto: Autor desconhecido – Déc. De 1940. **Fonte:** Tabu On Line – Canavieiras/Bahia.

Figura 4 Nova igreja matriz de Canavieiras – Bahia em fase de acabamento – Déc. de 1930.



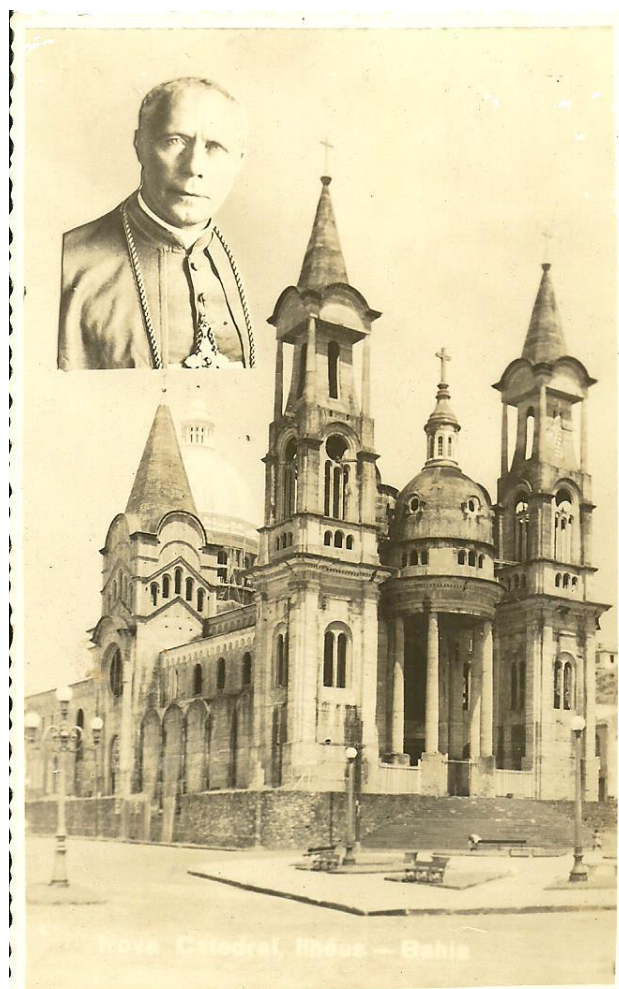
Foto: Autor desconhecido. **Fonte:** Família Peltier Loureiro, cedida por Silvan Avelino e Lorena Loureiro

Figura 5 Palácio Paranaguá (1907) e Praça J. J. Seabra em Ilhéus - Bahia.



Foto: Autor desconhecido – Déc. de 1920. **Fonte:** Instituto Nossa Senhora da Piedade – Ilhéus/Bahia.

Figura 6 Cartão postal em homenagem póstuma a Dom Frei Eduardo Herberhold, OFM, falecido em 1939, em prol do término da construção da nova catedral de Ilhéus – Bahia – Década de 1950.



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus - Bahia

Schwarcz (2012) em seu novo trabalho nos dá uma dimensão das mentalidades no Brasil em torno desse novo jeito de civilidade que nos fora importado da Europa:

No Brasil, por sua vez, a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como “regeneração” parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, trazendo a sensação de que o Brasil, finalmente, estava em harmonia com o progresso e a civilização.

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da “letargia da monarquia” ou da “barbárie da escravidão”; ícone dos novos tempos foi também a “nova Avenida Central” – atual avenida Rio Branco, na cidade do Rio de Janeiro –, exemplo maior do projeto urbanístico que transformou a capital federal em um verdadeiro cartão-postal, com fachadas *art nouveau* feitas de mármore e cristal, modernos lampiões à luz elétrica, lojas de produtos importados e transeuntes à francesa. (SCHWARCZ, 2012, p. 44).

A cidade de Canavieiras também ingressou nessa atmosfera que Schwarcz (2012) trabalha. Os velhos casarões do período colonial nas regiões do porto, das principais ruas e na Praça do Paço, inclusive a antiga igreja matriz, em sua grande maioria foram descartados e posteriormente demolidos, dando lugar ao novo, construídos com fachadas do estilo *art nouveau* (com menos requinte, que nas capitais), mas, sempre tentando afirmar que esse novo era sinal de civilidade, discurso forte verificado nas fontes hemerográficas consultadas. Na cidade do Salvador assim também se deu esse processo:

As novas construções adotam um estilo eclético, passando a usá-lo com mais intensidade, incorporando muitas vezes elementos *art nouveau*. Mas a prática da composição da fachada, ornamentos, ordenação de janelas, ritmo, proporção, etc., pouco ou nada se alteram; Depois das reformas do período 1912-1916, os projetos não executados são arquivados. Na década de 1930, novas intervenções no Centro, como a demolição da Igreja da Sé, de alguns quarteirões próximos a ela, além de alargamento de outras ruas, buscam dar continuidade aos planos anteriores, mas ainda são intervenções típicas de um “urbanismo demolidor”. (PINHEIRO, 2011, p. 156-157).

Essa questão de “urbanismo demolidor” proposto por Pinheiro (2011) em parte se aplica no processo urbanístico de Canavieiras. Citamos a inauguração do próprio prédio do

paço municipal em 1899 (Figura 2). Edifício de dois pavimentos, centralizado na larga praça, de frente para o rio Pardo, com fachada imponente, um palácio, apesar de nunca ter sido chamado assim, além, da contínua substituição de casarios do período colonial por novos, de estilo eclético, ver figuras 7 e 8.

Figura 7 Província da Bahia – Villa de Canavieiras - Rua do Fogo – Ano 1880.



Autor: Dantas Photo. Fonte: Paulo Simões – Canavieiras/Bahia. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

As figuras 7 e 8 são uma série de fotografias, provavelmente feitas para um levantamento encomendado pela Província da Bahia sobre as vilas existentes em seu território no ano de 1880. A figura 7 mostra a Rua do Fogo em Canavieiras, posteriormente a partir de 1888 passou a se chamar Rua 13 de Maio, em homenagem ao dia da assinatura da Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil. Depois passou a se chamar Avenida Coronel Luís Augusto de Carvalho (1850 – 1914), em homenagem ao intendente que governou o município por dois mandatos na virada do século XIX para o XX. Hoje essa avenida é chamada pela população local de simplesmente: Rua 13. O ângulo da foto foi enquadrado a partir da esquina da Praça 25 de Maio, onde do lado esquerdo da foto, hoje se localiza a Loja Maçônica e do lado direito o templo da Igreja presbiteriana.

A figura 8 tem o ângulo a partir da Praça do Paço Municipal com as esquinas que levam em direção à Praça 25 de Maio em Canavieiras. Ao fundo das figuras 9 e 10 está o Rio Pardo.

Figura 8 Província da Bahia - Vila de Canavieiras - Rua da Praça – Ano 1880.



Autor: Dantas Photo. Fonte: Paulo Simões – Canavieiras/Bahia. Recolhida pelo pesquisador em 2002.

Foi o primeiro intendente de Canavieiras, Antônio Salustiano Viana, quem construiu, em dois mandatos na década de 1890, os prédios do Paço Municipal e da Casa de Câmara e Cadeia, figuras 2 e 3. Por causa do novo traçado da praça e de sua localização, provocou assim a percepção destoante da antiga matriz de Canavieiras em relação ao novo prédio do paço municipal, já que a mesma antiga matriz ficou quase que no meio da nova praça, fomentando a necessidade de sua futura demolição, ver figura 9.

Outro motivo forte para seu descarte era a má conservação que se encontrava, segundo depoimento da Sr^a Ritinha Stolze em 2001 (*in memoriam*), a situação da antiga igreja matriz era tão deplorável ainda se sepultava defuntos em seu interior e no adro dela.

Segundo a depoente, eram jazigos perpétuos e seus donos não aceitavam o sepultamento de seus mortos no cemitério municipal, inaugurado em 1892, bem distante do centro da cidade na época. Disse ainda que, com a enchente de 1914, a velha matriz piorou seu estado estrutural, precisando por escoras de madeira em suas laterais do lado externo

para não desabar de vez. Várias covas no interior da velha matriz começaram a exalar mau cheiro de uma forma que não se fechava mais as portas e janelas da igreja, nem à noite, nem de madrugada, para que ela fosse ventilada permanentemente. As missas passaram a ser celebradas, nesse período, no adro defronte à velha matriz.

Figura 9 Praça do Paço e a antiga igreja matriz – Canavieiras – Década de 1920/1930.



Fonte: Sr^a Ritinha Stolze *in memoriam* - Canavieiras/Bahia. Recolhido pelo pesquisador em 2001.

A municipalidade da cidade do Salvador, com o aval da Igreja, demoliu a Sé Primacial do Brasil (a primeira catedral em terras *brasilis*)⁴ para dar lugar a um terminal de bondes, utilizando o mesmo argumento que pautará as razões apresentadas para a demolição da velha matriz de Canavieiras, sua precária condição construtiva. Movidos pelo impulso do moderno puseram fim à velha Sé:

O edifício da Igreja da Sé foi o maior e um dos mais importantes templos que existiram na metrópole, sendo, durante pouco mais de dois séculos, a catedral diocesana do Brasil. Nos trezentos e oitenta e um anos em que esteve de pé, isto é, de 1552 a 1933, foi cenário de uma série de acontecimentos demonstrativos da sua relevância ao longo dos séculos; A pressão da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, a conveniência para a Igreja e o espírito de modernização que pairava na administração da cidade, assim como em certos círculos políticos e intelectuais, se acentuaram de tal forma que, em 1933, foi assinada a escritura pública de expropriação da Sé, permitindo à

⁴ COSTA, s/d, p. 53; 73.

prefeitura tomar posse do prédio. O documento foi assinado pelo prefeito José Americano da Costa e pelo Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva, contando com a presença de diretores da Companhia. Emblematicamente, os mesmos poderes constituídos, que desde sua fundação e durante toda sua história foram a base de sua sustentação, decretaram a morte da Sé. (COSTA, s/d, p. 53; 73).

Em Canavieiras a velha matriz também foi demolida, coincidentemente, entre 1932/1933, depois que a nova foi inaugurada em 1932, o poder municipal que se apropriou do terreno onde ela se localizava em troca do novo e maior terreno doado através da resolução nº 191 de 08 de julho de 1912, para a construção da nova matriz. O projeto da municipalidade era que a nova igreja matriz fosse construída em um novo espaço urbano, inaugurando também a expansão do centro da cidade, já que a nova igreja, de estilo neogótico, seria erguida em um terreno, tendo defronte um grande largo, chamado à época de largo da “Bôa Vista”.

Em Ilhéus o caso foi diferente. A nova catedral foi erguida no mesmo terreno da antiga capela demolida em 1927, mesmo a municipalidade insistindo que a nova catedral fosse erguida em um novo espaço para impulsionar a expansão urbana da cidade. Em Canavieiras e Salvador prevaleceu o plano urbanístico da municipalidade em consonância com a Igreja.

A nova igreja matriz de Canavieiras e a nova catedral de Ilhéus deveriam ser um marco religioso, foi uma preocupação perceptível nas fontes encontradas – jornais Monitor do Sul, O Progressista, O Independente e Correio de Ilhéus – onde a Igreja exortava a população a aderir à sua causa de construção dos novos templos. Le Goff nos aclara sobre esse pensamento: “O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (LE GOFF, 1990, p. 536).

Le Goff ainda nos dá uma dimensão também pelo o que ele chama de “aceleração da história”, explicando o porquê da moda *retro*. Segundo ele, a aceleração da história levou as sociedades dos países industrializados a cair num abismo nostálgico em busca de suas raízes dando uma ênfase a história, arqueologia, fotografia, a boa noção de patrimônio. Em Canavieiras e Ilhéus tinha-se o ideal de uma igreja matriz ou catedral que fossem monumentais, uma obra de construção humana com o intuito de preservação

de determinada prática ou discurso que se vivia aquela sociedade na época e conseguiram. Certamente, pela força da própria religião católica na sociedade cacauera do sul da Bahia, que mesmo depois da separação do Estado da Igreja, em quase nada mudou sua influência e representatividade no meio social, mesmo com a inserção do protestantismo nas duas cidades no início do século XX.

FONTES UTILIZADAS:

Jornal MONITOR DO SUL, de Canavieiras – Bahia, de 1903 a 1925;

Jornal O PROGRESSISTA, de Canavieiras – Bahia, de 1917 a 1925;

Jornal O INDEPENDENTE, de Canavieiras – Bahia, ano 1932;

Jornal CORREIO DE ILHÉOS, de Ilhéus – Bahia, de 1929 a 1934.

Livro de Tombo da Paróquia de São Boaventura de Canavieiras – Bahia, vol. 1 (1949-1960);

Livro de Tombo da Diocese de Ilhéus – Bahia, vol. 1 (1915-2005).

FONTES SECUNDÁRIAS:

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª edição. Ilhéus: Editus, 2006, p. 422;

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, vol. 6, Estado da Bahia (Dados do IBGE em 1957-1958). p. 132;

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011, 730 p.

BIBLIOGRAFIA

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, 219 p;

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. vol.5, nº 11, São Paulo, Jan./Abr, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acessado em 10/10/2011;

COSTA, Alcides. **Canavieiras – sua história e sua gente** (Lendas e festas). 2ª edição. Itabuna: Via Litterarum Editora, 2014, 175 p;

COSTA, Carlos Alberto Santos. **A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica**. Disponível em <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2015%20-%20artigo%203.pdf>, acessado em 25/08/2014;

GONÇALVES, Adriane S. A Igreja católica: patrimônio e identidade. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju (SE) v. 1, nº 3, jun. 2013, p. 33-40. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/752/447>, acessado em 26/08/2014;

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 21-29.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1990, 553 p;

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **A Igreja**. In: *Bahia Século XIX – Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992, p. 293-414;

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Intervenções na Freguesia da Sé (1850-1920)**. In: NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo. (Orgs.). *A urbanização de Salvador em três tempos – Colônia, império e república – Textos críticos de História urbana*. Vol. I. Salvador: IGHB, 2011, p. 131-173;

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001, 168p;

_____. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005, 208 p;

RIBEIRO, Oslan Costa. **Percursos da Igreja Católica no sul da Bahia: formação, consolidação e transformações da diocese de Ilhéus (1913-1978)**; MACEDO, Janete Ruiz de (Org). Diocese de Ilhéus: 100 anos de História. Ilhéus – Bahia: Editus, 2013, vol.1, p. 17 – 56;

_____. **São Boaventura do Poxim de Canavieiras: uma freguesia, seus conflitos e festejos na primeira metade do século XX**. Monografia de graduação. Ilhéus – Bahia: UESC, 2013, 123 p;

_____. Uma cidade no país do carnaval: política e cultura nos festejos carnavalescos em Ilhéus – Bahia (1922-1934). **Revista Labirinto**. Porto Velho-RO, Ano XV, Vol. 22, 2015, p. 400-415. Disponível em <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/1128/1455>, acessado em 01/11/2015;

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As marcas do período; População e sociedade**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). A abertura para o mundo (1889-1930). História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 3. Rio de Janeiro/ Madrid: Objetiva/ Fundación Mapfre, 2012, p. 19 – 84;

SILVEIRA, Marcus Marciano G. da. **Templos modernos, templos ao chão**: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 223 p;

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, 198 p;

VINHAS, Thaís dos Santos. **A fé que preserva a História: memória e identidade na salvaguarda da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Itajuípe –BA**. In: MACÊDO. Janete Ruiz de (Org). Diocese de Ilhéus: 100 anos de História. Ilhéus – Bahia: Editus, 2013, vol.1, p.177 – 200.